



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE

DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS (NOTURNO)

PEDRO ANTONIO SIMPLICIO FONSECA

O DIFERENCIAL DE MEDIDAS ADOTADAS NO PLANO REAL EM RELAÇÃO AOS SEUS ANTECESSORES NA TENTATIVA DE ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Fortaleza – CE

2023

PEDRO ANTONIO SIMPLICIO FONSECA

**O DIFERENCIAL DE MEDIDAS ADOTADAS NO PLANO REAL EM
RELAÇÃO AOS SEUS ANTECESSORES NA TENTATIVA DE
ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Jacqueline Franco Cavalcante

FORTALEZA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Universidade
Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F746d Fonseca, Pedro Antonio Simplicio.

O diferencial de medidas adotadas no Plano Real em relação aos seus antecessores na tentativa de estabilização da economia brasileira / Pedro Antonio Simplicio Fonseca. – 2023.
46 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Jacqueline Franco Cavalcante.

1. Inflação. 2. Expectativas. 3. Planos de estabilização. 4. Política econômica. I. Título.

CDD 330

PEDRO ANTONIO SIMPLICIO FONSECA

**O DIFERENCIAL DE MEDIDAS ADOTADAS NO PLANO REAL EM
RELAÇÃO AOS SEUS ANTECESSORES NA TENTATIVA DE
ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Jacqueline Franco Cavalcante

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Jacqueline Franco Cavalcante
(Orientadora) Universidade Federal do
Ceará – UFC

Prof^a. Dra. Inez Silvia Batista Castro
(Examinadora) Universidade Federal
do Ceará – UFC

Prof. Dr. Marcelo de Castro Callado (Examinador)
Universidade Federal do Ceará – UFC

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela coragem concedida ao longo dessa jornada.

Às duas pessoas mais importantes da minha vida: minha mãe e meu pai, por todo o amor e apoio ao longo da minha vida estudantil.

À minha irmã, que sempre torce por mim.

Aos meus 3 avós que não estão mais comigo, e à minha avó, que participou desse momento tão especial.

Aos meus amigos, pelo apoio e partilha nas horas difíceis.

Por fim, manifesto minha gratidão às professoras Sandra e Jacqueline, que me orientaram na elaboração do projeto e do trabalho, bem como agradeço a Banca Examinadora, composta pela professora Inez e pelo professor Marcelo, que apresentaram contribuições importantíssimas para a melhoria do meu trabalho.

Dedico este trabalho ao meu pai, Francisco, e à minha mãe, Lourdes, que sempre entenderam a importância da educação, e colocaram isso como prioridade em minha vida desde os meus primeiros anos. Dedico também ao meu avô, Pedro, que onde quer que ele esteja, sei que ainda torce por mim.

RESUMO:

Este trabalho investiga qual foi o diferencial de medidas adotadas pelo Plano Real, que mitigou seu sucesso, em comparação com os planos de estabilização anteriores: Cruzado I e II, Bresser, Verão e Collor I e II. A metodologia de pesquisa adotada foi descritiva e quantitativa, uma vez que o trabalho descreve o comportamento das variáveis inflação mensal entre 1986 e 1995, PIB e seu deflator, balança comercial e extrema pobreza de forma anual entre 1986 e 1997. Além disso, trata-se também de uma pesquisa bibliográfica, pois realizou uma revisão de literatura, apontando o ponto de vista de diferentes autores quanto às medidas adotadas em cada plano. Os dados para a inflação mensal seguem o indicador do IPCA e foi coletado no banco de dados do IPEA. Já os valores referentes ao PIB e seu deflator e balança comercial foram adquiridos no site do IBGE. Por fim, os dados sobre extrema pobreza foram coletados no site do Banco Mundial. Quanto aos resultados, eles sugerem que o principal diferencial do Plano Real foi atentar-se à presença de expectativas dos agentes econômicos quanto a inflação futura como o principal causador da aceleração inflacionária que acontecia no período, o que os demais planos não se atentaram. Além disso, outro diferencial foi primeiro encontrar uma forma de mudar as expectativas dos agentes, para depois implementar uma reforma monetária acompanhada de políticas econômicas, além de permitir uma diminuição da indexação que estava fortemente presente na economia brasileira.

Palavras-chave: Inflação, expectativas, planos de estabilização, política econômica.

ABSTRACT

This work investigates what was the differential of measures adopted by the Real Plan, which mitigated its success, in comparison with the previous stabilization plans: Cruzado I and II, Bresser, Verão and Collor I and II. The research methodology adopted was descriptive and quantitative, since the work describes the behavior of the variables monthly inflation between 1986 and 1995, GDP and its deflator, trade balance and extreme poverty on an annual basis between 1986 and 1997. It was also based on a bibliographical research, as it carried out a literature review, pointing out the point of view of different authors regarding the measures adopted in each plan. Data for monthly inflation follows the IPCA indicator and was collected from the IPEA database. The values referring to the GDP and its deflator and trade balance were acquired on the IBGE website. Finally, data on extreme poverty were collected from the World Bank website. As for the results, they suggest that the main differential of the Real Plan was to pay attention to the presence of economic agents' expectations regarding future inflation as the main cause of the inflationary acceleration that happened in the period, which the other plans did not pay attention to. In addition, another differential was first finding a way to change the expectations of agents, and then implementing a monetary reform accompanied by economic policies, in addition to acting against the indexation that was strongly present in the Brazilian economy.

Keywords: Inflation, expectations, stabilization plans, economic policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Brasil - Inflação (IPCA) durante o período dos Planos Cruzado I e II	20
Gráfico 2: Brasil - Inflação Acumulada (IPCA) durante os Planos Cruzado I e II	21
Gráfico 3: Brasil - Inflação (IPCA) durante o período do Plano Bresser	23
Gráfico 4: Brasil - Inflação Acumulada (IPCA) durante o Plano Bresser	24
Gráfico 5: Brasil - Inflação (IPCA) durante o período do Plano Verão.....	26
Gráfico 6: Brasil - Inflação Acumulada (IPCA) durante o Plano Verão.....	27
Gráfico 7: Brasil - Inflação (IPCA) durante o período dos Planos Collor I e II	30
Gráfico 8: Brasil - Inflação Acumulada (IPCA) durante o Plano Collor I e II	31
Gráfico 9: Brasil - Inflação (IPCA) durante o período do Plano Real.....	36
Gráfico 10: Brasil - Inflação Acumulada (IPCA) durante o Plano Real.....	37
Figura 1: Brasil – Diferencial de medidas e resultados dos planos de estabilização..	38
Gráfico 11- Variação Percentual do PIB entre 1986 e 1997 no Brasil.....	39
Gráfico 12- Variação Percentual do Deflator do PIB entre 1986 e 1997 no Brasil	40
Gráfico 13- Balança Comercial entre 1986 e 1997 no Brasil (US\$ Bilhões).....	41
Gráfico 14- Percentual da população em situação de extrema pobreza no Brasil.....	43

LISTA DE SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PAI	Programa de Ação Imediata
SUNAB	Superintendência Nacional do Abastecimento
URP	Unidade de Referência de Preços
URV	Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA	13
3 PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO QUE ANTECEDERAM O PLANO REAL	18
4 PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E RESULTADOS DO PLANO REAL	33
5 RESULTADOS DO PIB E SEU DEFLATOR, BALANÇA COMERCIAL E EXTREMA POBREZA	39
6 CONCLUSÃO.....	44
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Keynes (2009), a inflação é um fenômeno que afeta as classes sociais de diferentes formas. Alguns dos grandes impactos, por exemplo, são o aumento da concentração de renda que ocorre na medida em que um processo inflacionário acontece e aumento da extrema pobreza.

Conforme Mankiw (2015), a Economia estuda dois principais tipos de inflação: de custos e de demanda. A primeira está relacionada com o aumento do preço de insumos necessários para a fabricação de bens, que provocam aumento dos custos de produção, e esses custos são repassados ao produto final. Já a segunda está relacionada com uma alta capacidade de consumo da população, que acaba pressionando a oferta de produtos e gerando aquecimento de demanda. Além disso, há também a inflação provocada pela existência de expectativas futuras por parte dos agentes econômicos, e ocorre porque os agentes esperam que ela vai ocorrer.

Segundo Abreu (2014), no Brasil, durante as décadas de 1980 e 1990, foi possível observar uma forte aceleração da inflação. Essa inflação teve como principal diagnóstico a inércia inflacionária, causada, conforme Grasel (2005), por uma tendência de inflação gerada pelas expectativas dos agentes quanto ao aumento futuro dos preços, uma característica ligada ao comportamento desses agentes. Por esse motivo, a inflação do passado era sempre trazida ao presente, mesmo que não estivesse ocorrendo aumento do preço de insumos ou um aquecimento da demanda naquele momento. Diante disso, houve várias tentativas de estabilização da economia brasileira: Planos Cruzado I e II, Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II, que se atentaram a medidas de resolução rápida, todas sem sucesso. O último, o Plano Real, conseguiu a estabilização, na medida que foi elaborado pensando não somente nas políticas econômicas a serem adotadas, mas também nas expectativas dos agentes.

Para Hubbard (2010), a teoria econômica se baseia no pressuposto de que os agentes são racionais, e tendem a tomar as melhores decisões pensando em sua maximização de bem-estar, utilizando todas as informações disponíveis. No Brasil, ainda é possível observar nos dias de hoje uma forte presença de políticas que tendem a resolver situações a curto prazo, mas que, dadas as expectativas dos agentes, não funcionam no longo prazo. Por isso, é relevante estudar como o Plano Real, que foi

capaz de solucionar o problema brasileiro de estabilidade de preços no longo prazo, atuou levando em consideração tanto as expectativas dos agentes, quanto políticas econômicas.

Dessa forma, esse trabalho apresenta a seguinte questão de pesquisa: qual foi o diferencial de medidas adotadas no Plano Real, que influenciou seu sucesso, e que os planos de estabilização anteriores não se atentaram?

A fim de responder o questionamento, o presente trabalho apresenta o objetivo geral de investigar o diferencial de medidas adotadas no Plano Real em relação aos planos de estabilização econômica anteriores. Adicionalmente, esta pesquisa ainda tem os objetivos de: estudar as principais políticas econômicas adotadas nos planos de estabilização da economia brasileira entre as décadas de 1980 e 1990, estudar os determinantes da inflação durante o período destacado, identificar lacunas dos planos de controle da inflação e identificar o aspecto ligado ao comportamento dos agentes que foi adotado no Plano Real.

Para isso, a metodologia deste trabalho se direciona através de uma pesquisa descritiva, com natureza quantitativa, e que tem como procedimento uma pesquisa bibliográfica. Os dados utilizados são de origem secundária, disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e foram analisados de forma descritiva.

Por fim, a pesquisa subdivide-se em cinco partes. Após esta introdução, encontra-se a sessão de Referencial Teórico e Metodologia, onde serão conceituados os principais tipos de política econômica, e os métodos utilizados para a resolução da pesquisa serão explicados. Em seguida, será feito um estudo sobre os planos de estabilização que antecederam o Plano Real, apresentando a visão de diferentes autores, e mostrando seus resultados sobre a economia, com foco na inflação. A quarta parte se trata de uma análise do Plano Real, mostrando suas concepções e resultados, também com foco maior na inflação. Finalmente, a quinta parte apresenta uma análise descritiva de outras variáveis macroeconômicas que foram afetadas no período em destaque, como efeito secundário das medidas adotadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

Esta seção se divide em duas partes: a primeira visa conceituar os principais tipos de política econômica, enquanto a segunda tem o objetivo de explicar qual foi a metodologia utilizada neste trabalho.

2.1. Políticas Econômicas

Essa subseção tem o objetivo de conceituar o que é e quais são os tipos de política econômica, com o intuito de facilitar o entendimento das medidas adotadas nos planos de estabilização da economia brasileira que serão estudados adiante.

A Política Econômica faz parte do ramo das políticas públicas, e encontra-se no campo da Economia Normativa, visto que sua sustentação vai além do conhecimento positivo da Economia: ela sustenta-se também por meio de juízo de valor, proveniente de seus idealizadores, ao observar os problemas relacionados à economia que afetam um determinado local. Os seus principais objetivos são: intervir visando crescimento econômico e de produção, controlar a inflação, equilibrar as contas públicas e combater uma má distribuição de renda. Pode ser dividida, no geral, em: política fiscal, monetária e cambial, que serão estudadas a seguir. (MENDES *et al.*, 2009, p. 87).

2.1.1. Política Fiscal

A política fiscal refere-se à condução das receitas e despesas do Governo. As despesas estão relacionadas à prestação de serviços e produção de bens por parte do setor público. Essas despesas podem ser, por exemplo, pagamento de salários e aposentadorias, obras, e até mesmo pagamento de juros. Já as receitas são provenientes da arrecadação pública de impostos diretos e indiretos e contribuições, que possuem o objetivo de financiar as despesas anteriormente mencionadas. (MENDES *et al.*, 2009, p. 152).

A política fiscal pode ser:

- Expansionista, e se dá por meio de um aumento das despesas governamentais, ou por uma redução da carga de tributos;
- Restritiva, e se dá por meio de uma redução das despesas governamentais, ou por meio de um aumento da carga de impostos.

Por fim, ainda de acordo com Mendes *et al.* (2009), a política fiscal expansionista promove um aumento de produção e de emprego na economia, enquanto a restritiva tem efeito reverso.

2.1.2. Política Monetária

A Política Monetária pode ser definida como o conjunto de ações do Governo ou da autoridade monetária do país que visam controlar as condições de liquidez na economia, utilizando o controle de oferta de moeda e de taxa de juros. Os agentes que idealizam e aplicam esse tipo de política podem utilizar tanto de instrumentos diretos como indiretos. (MENDES *et al.*, 2009, p. 101).

Os instrumentos de política monetária são as variáveis que o Banco Central tem o poder de controlar, para garantir a liquidez ótima na economia a fim de otimizar a produção, e os níveis de emprego e preços.

Esses instrumentos são:

- Controle da emissão de moeda: a forma direta de variar a liquidez na economia. É dever do Banco Central decidir quando é necessário emitir mais papel moeda, levando em conta o ambiente e contexto que está inserido;
- Depósitos compulsórios: é a taxa percentual que os bancos comerciais devem depositar no Banco Central sobre os depósitos à vista de seus correntistas. Um aumento dessa taxa caracteriza diminuição de liquidez na economia, enquanto uma redução dela provoca um aumento de liquidez;
- Operações com mercado aberto: trata-se da compra e venda de títulos públicos. O Governo consegue aumentar a liquidez da economia comprando títulos, uma vez que são pagos em moedas correntes. Por outro lado, uma redução da liquidez ocorre quando o Governo vende títulos;
- Política de redesconto: são empréstimos ou redescontos de títulos que o Banco Central concede aos bancos comerciais, nesse caso, são utilizados os redescontos de liquidez, que servem para os bancos comerciais cobrirem algum débito em seus cheques. (MENDES *et al.*, 2009, p. 108).

2.1.3. Política Cambial

Conforme Silva e Triches (2002), um arranjo cambial é constituído a partir de um conjunto de regras, normas, práticas, instrumentos e organizações que possuem o objetivo de realizar os pagamentos entre agentes a níveis internos e externos. E a forma pela qual a taxa de câmbio é estabelecida é um modo de definir os sistemas monetários.

Em geral, sistemas cambiais podem ser definidos como aqueles que: a) as nações atrelam sua moeda a uma moeda internacional dominante; b) a moeda doméstica é vinculada a uma composição de outras moedas; c) a moeda local é atrelada a uma série de indicadores; d) as moedas entre principais parceiros comerciais são fixadas de forma cooperativa; e) as flutuações cambiais são administradas ou independentes. (SILVA E TRICHES, 2002, p. 106).

Diante disso, é possível especificar nove tipos de regimes cambiais: união monetária, caixa de conversão ou *currency board*, câmbio fixo, câmbio fixo com paridade deslizante (ou minidesvalorizações), taxa de câmbio fixada a uma cesta de moedas, bandas cambiais ou metas de margem de flutuação, flutuação suja e flutuação limpa.

Esses regimes variam quanto ao nível de flutuação, indo do mais rigidamente fixo (sem flutuação), aos híbridos ou intermediários (que misturam elementos dos regimes fixos e flutuantes), e chegando ao nível mais alto de flutuação do câmbio, onde o Banco Central não apresenta qualquer poder sobre o mercado cambial.

Por fim, cabe destacar ainda que a escolha de um regime cambial ótimo a ser adotado em um país leva em consideração vários fatores, que variam conforme as circunstâncias específicas de cada nação, como o período de aplicação do regime, a inflação, ou o grau de heterogeneidade dos grupos de interesse, por exemplo. (SILVA E TRICHES, 2002).

2.2. Metodologia de Pesquisa

A metodologia descrita abaixo tem como base os conceitos de tipologia apresentados por Gil (2002), que são: objeto de estudo, natureza e procedimentos.

Quanto ao objeto de estudo, trata-se de uma pesquisa descritiva, visto que pretende descrever qual foi o comportamento da variável inflação no período de 1986 a 1995, além de investigar qual foi o diferencial de medidas adotadas no Plano Real que fez ele ter sucesso, no qual os demais planos de estabilização não se atentaram.

Já no que diz respeito à natureza, é uma pesquisa quantitativa, uma vez que utiliza de informações numéricas (inflação, PIB e seu deflator, balança comercial e extrema pobreza) para descrever os fatos, além de apresentar uma análise descritiva, com o objetivo de fortalecer o argumento.

Por fim, no que tange aos procedimentos, este trabalho é uma pesquisa bibliográfica, pois utiliza de uma revisão de literatura, mostrando o ponto de vista de alguns autores sobre os fatos que já ocorreram durante a execução dos Planos, para aliada à análise descritiva, conseguir responder sua pergunta motivadora.

Para que seja realizada a análise descritiva, os dados sobre a inflação brasileira foram consultados no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), utilizando o indicador do IPCA mensal. Além disso, com o intuito de averiguar como ficou o saldo da Balança Comercial brasileira no período em questão, foram utilizados dados sobre as importações e exportações anuais do Brasil, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ademais, foi analisado o PIB anual brasileiro durante o período, de acordo também com o IBGE. Foi analisado também o Deflator do PIB, visto que ele leva em consideração outros fatores além do preço médio da cesta de bens. Este último indicador também foi analisado de forma anual, e seus valores foram coletados de acordo com o IBGE. Por fim, foi analisado também o percentual de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza no Brasil, conforme dados divulgados pelo Banco Mundial. Tendo em vista o que foi mencionado anteriormente, esta pesquisa utiliza dados secundários.

Para a análise descritiva da inflação mensal seguindo o IPCA, foi traçado um gráfico para cada período de plano de estabilização, de forma que cada gráfico mostra como se comportou essa variável ao longo da execução dos planos. Outrossim, foi

construído um gráfico da inflação acumulada para cada período, com o objetivo de averiguar se as medidas conseguiram estabilizar a inflação no longo prazo. A inflação acumulada foi calculada utilizando os dados de inflação mensal (IPCA) disponibilizados pelo IPEA. O período foi entre os anos de 1986 e 1995, ano seguinte à estabilização dos preços.

Já as variáveis PIB, Balança Comercial, Deflator do PIB e percentual de pessoas em situação de extrema pobreza foram analisadas de forma anual, de forma que não é mostrado seus comportamentos ao longo da execução dos planos, mas sim, de forma geral, como cada medida as afetaram. O período da análise vai de 1986 a 1997, três anos após a estabilização dos preços, para averiguar como cada uma se comportou não somente no primeiro ano após a estabilização. Vale ressaltar ainda que o Banco Mundial não disponibilizou dados sobre a extrema pobreza do Brasil nos anos de 1991 e 1994 em sua série.

Em virtude do que foi mencionado acima, este trabalho utiliza análise de dados quantitativa.

3 PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO QUE ANTECEDERAM O PLANO REAL

Durante a passagem dos anos 1970 aos anos 1980, a inflação brasileira sofreu dois grandes saltos. O primeiro, em 1979, foi provocado pelo segundo choque do petróleo, pela política da época de fixação de preços, e pelos ajustes salariais, que passaram a ocorrer não mais anualmente, mas semestralmente. Isso fez com que a inflação do Brasil passasse de 50% para 100% ao ano. O segundo salto ocorreu em 1983, decorrente da grande desvalorização de 30% do cruzeiro em fevereiro do referido ano, fazendo com que a inflação passasse de 100% para 200% ao ano. (ABREU, 2014, p. 219)

Esses grandes saltos guiaram as tentativas heterodoxas e ortodoxas de combate às altas taxas de inflação, tendo como principal objetivo o combate à característica inercial desta variável. A desindexação da economia brasileira para economistas como Pêrsio Arida, André Lara, dentre outros, resolveria o problema da inflação inercial, mas foi conquistada de forma mais acentuada somente após a implantação do Plano Real. As medidas adotadas pelos planos de estabilização que antecederam o Plano Real serão estudadas a seguir juntamente com os resultados que elas provocaram sobre a inflação tanto no curto quanto no longo prazo.

3.1. Planos Cruzados I e II

O Plano Cruzado, implementado a partir de março de 1986, trouxe uma nova moeda, o Cruzado, para substituir a até então moeda corrente no país, o Cruzeiro, com paridade: Cr\$ 1.000,00 = Cz\$ 1,00. Além disso, foram implantadas algumas medidas, listadas a seguir:

- Política salarial: a correção salarial seria de acordo com média dos últimos 6 meses, acrescentando um abono de 8%, e de 16% para o salário-mínimo. Os salários permaneceriam congelados até que a inflação acumulada atingisse 20% ao ano, quando seria acionado então um “gatilho” de reajuste imediato;
- Congelamento de preços por meio da Tabela da Superintendência Nacional de Abastecimentos (Sunab), órgão brasileiro extinto em 1990 que tinha como objetivo oferecer informações sobre as variações dos preços de mercado para a população, fornecendo meios de comparação entre o custo de vida e a variação desses preços;

- Congelamento da taxa de câmbio (aplicando regime cambial fixo) a taxa de 5,0327E-09;
- Com o objetivo de desindexar a economia, o Tesouro Nacional perdeu seu reajuste obrigatório, deixando os valores congelados durante um ano. Além disso, as aplicações financeiras continuaram sendo vinculadas ao cruzeiro, mas com desvalorização diária de 0,45%, nível médio da inflação do final de fevereiro daquele ano, visando atenuar as expectativas inflacionárias relacionadas aos ativos financeiros.
- As políticas fiscal e monetária não apresentaram metas, de modo que a decisão de como guiá-las ficava a critério dos responsáveis por cada uma. (EPIFÂNIO, 2014, p.21).

De acordo com Lanzana (2009), as políticas mencionadas acima provocaram um aumento da oferta monetária, em decorrência da redução do imposto de renda na fonte, aumento de salários reais, o que inflou a demanda interna. Essa rápida mudança no poder aquisitivo das pessoas gerou momentos de incerteza no exterior, uma vez que a alta tendência de consumo interno no Brasil provocou reflexos na balança comercial, pois isso incentivou um aumento das importações, e a produção tendia a atender preferencialmente a demanda interna, tendo em vista também a política de congelamento da taxa de câmbio adotada.

O aumento acentuado da demanda interna provocou, no lado das importações, um forte aumento de compras externas, principalmente de bens de consumo não duráveis, e do lado das exportações, aliado à política cambial, uma queda das vendas internacionais a partir do último trimestre de 1986. Conseqüentemente, a balança comercial brasileira, que vinha apresentando saldos próximos a US\$ 1 bilhão no primeiro semestre de 1986, caiu para níveis de US\$ 100 milhões no final daquele ano.

Outrossim, outras conseqüências da alta demanda interna no período foram: cobrança de ágio e filas para aquisição de produtos. Tais conseqüências foram provocadas principalmente pelo aumento da renda real dos trabalhadores, o que acabou gerando até mesmo escassez de alimentos. Para tentar resolver esses problemas garantindo o congelamento dos preços, o Governo adotou políticas fiscais expansionistas, como diminuição da carga tributária sobre produção e subsídios, para incentivar a oferta de produtos, além de liberação de importações de produtos alimentícios. Entretanto, os agentes adotavam saídas, como maquiagem de produtos,

mudanças de embalagens, cobrança de ágio, dentre outras, para aumentar seu benefício próprio dadas as condições de mercado em que o país se encontrava. (EPIFÂNIO, 2014, p. 22).

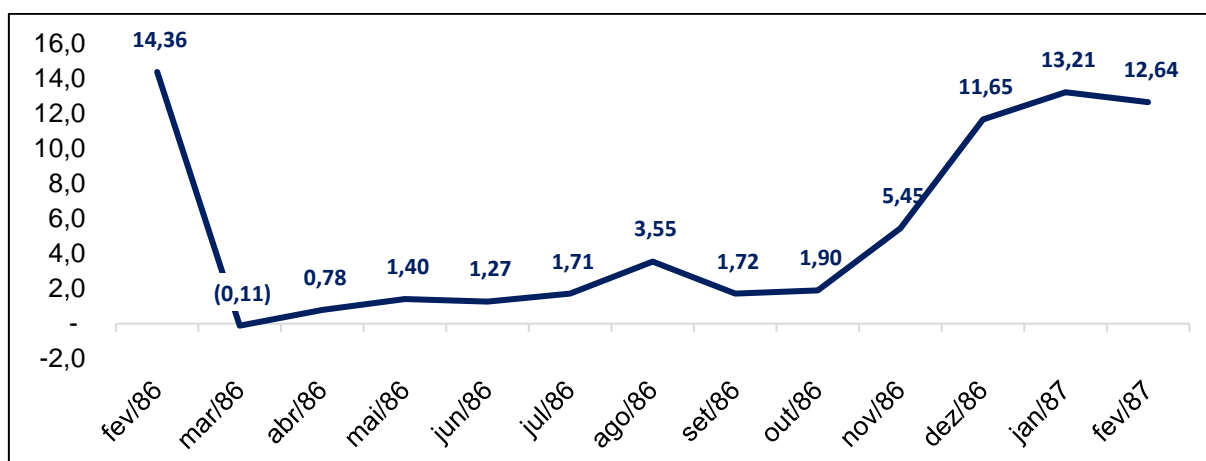
Com o intuito de desaquecer a demanda interna e diminuir o salário real, o Governo lançou em julho de 1986 o Cruzadinho, um pacote fiscal que aplicava impostos compulsórios sobre combustíveis, automóveis e passagens aéreas. (ABREU, 2014, p. 295).

O Plano Cruzado chegou ao seu final garantindo o controle inflacionário dado pelo congelamento dos preços, mas o cálculo da inflação não levava em conta a cobrança de ágio sobre produtos. Por outro lado, o consumo estava aquecido, uma vez que os agentes esperavam pelo descongelamento no futuro.

Em novembro de 1986, o Governo lançou o Plano Cruzado II, com o intuito de atenuar o *déficit* público. Para isso, utilizou-se de política fiscal restritiva dada pelo aumento de impostos sobre alguns produtos, como automóveis, cigarros e bebidas. Isso fez com que a demanda agregada caísse, e encontrasse uma oferta de produtos profundamente desestruturada, devido ao longo período de preços congelados. (ABREU, 2014, p. 296).

Para a análise dos resultados dos Planos Cruzado I e II, é apresentado um gráfico com a inflação mensal do período, medida pelo IPCA, com dados retirados no IPEA.

Gráfico 1: Brasil - Inflação (IPCA) durante o período dos Planos Cruzado I e II



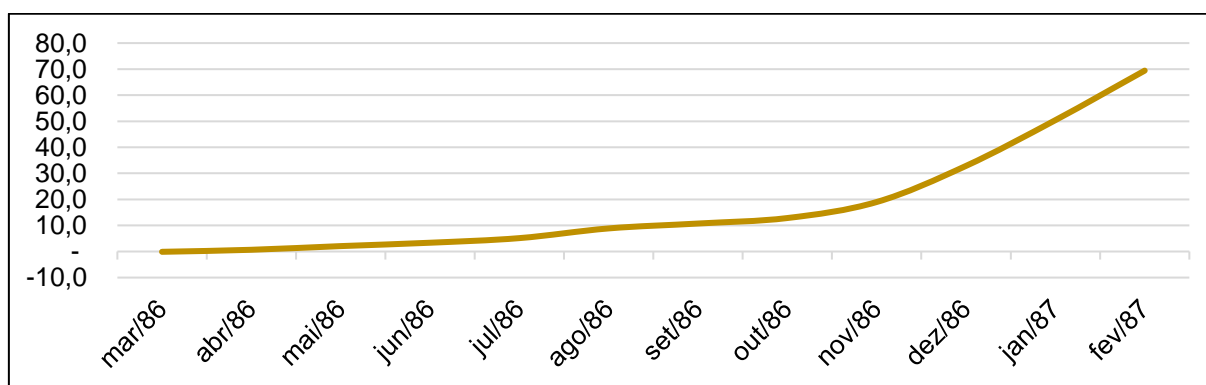
Fonte: Elaboração própria (2023), utilizando dados do IPEA (2023).

Ao analisar o comportamento da inflação no período, é importante destacar, conforme o IPEA, a queda desta variável, que foi de 14,36% em fevereiro de 1986, mês antecessor à aplicação do Plano Cruzado, para -0,11% em março daquele ano, uma redução de 14,47 pontos percentuais, provocada, principalmente, pelo congelamento dos preços, que era a principal medida do Plano, ao mesmo tempo que era sua parte mais frágil. A inflação continuou apresentando variações inferiores a 1 ponto percentual mês a mês em todos os períodos até outubro, exceto de julho para agosto, mas ainda assim, apresentando valor bastante inferior ao de fevereiro de 1986.

Entretanto, as medidas adotadas no Plano Cruzado II em novembro de 1986, que diminuíram abruptamente a demanda interna, e a oferta de mercado desestruturada, fizeram com que a inflação voltasse a subir de forma acentuada, passando de 1,9% em outubro de 1986, para 5,45% em novembro, e chegando a casa dos 12,64% em fevereiro de 1987 (aumento de 10,47 pontos percentuais se comparado a outubro), o que decretou o fracasso do Plano Cruzado e consequentemente o seu fim.

Para auxiliar na análise da inflação do período, encontra-se abaixo o gráfico de inflação acumulada durante a execução do Plano Cruzado I e II.

Gráfico 2: Brasil - Inflação Acumulada (IPCA) durante os Planos Cruzado I e II



Fonte: Elaboração própria (2023), utilizando dados do IPEA (2023).

Conforme o Gráfico 2, de acordo com o IPEA, pode-se observar que o Plano Cruzado conseguiu manter a taxa de inflação estável no curto prazo, dadas as

variações baixas da inflação acumulada até julho de 1986, que foi de 5,14%, quando ela apresenta um salto no mês seguinte, em virtude do que já foi mencionado. A partir de novembro de 1986, esse crescimento se torna mais acelerado, chegando a 69,43% em fevereiro de 1987, último mês de aplicação do Plano Cruzado, o que evidencia seu fracasso a longo prazo.

3.2. Plano Bresser

De acordo com Abreu (2014), o Plano Bresser foi uma combinação de soluções ortodoxas e heterodoxas como tentativa de estabilizar a inflação brasileira.

Para Lanzana (2009), o Plano Bresser, que iniciou em junho de 1987, tinha objetivos parecidos com os que foram adotados no Plano Cruzado II. Ou seja, eram aumentar o PIB, impulsionando as exportações e aplicando política de desvalorização cambial para diminuir a demanda interna, que voltou a ficar em alta uma vez que quando a inflação voltou a subir, foi aplicado o reajuste salarial de 20% previsto no Plano Cruzado.

Todavia, conforme Abreu (2014), a estratégia adotada foi diferente do Plano Cruzado: o objetivo era criar um choque deflacionário, por meio do controle de escalas salariais. Além disso, aplicou-se uma redução do *déficit* fiscal para segurar a inflação em níveis baixos. O diagnóstico que o Plano adotou, além da inflação inercial, foi também a inflação de demanda.

O Plano Bresser apresentou as seguintes medidas:

- Congelamento dos salários em 90 dias, com reajuste de 20%, inferior à inflação de maio. Após esse período, a Unidade de Referência de Preços (URP) foi implantada para indexação de salários. O reajuste era feito seguindo a média geométrica da inflação dos últimos 90 dias;
- Congelamento de preços também por 90 dias, no qual os reajustes para os próximos 3 meses eram com base na URP;
- Política Fiscal restritiva: corte de gastos e aumento da tributação, mas com pouco empenho por parte do Governo quanto ao cumprimento dessa medida;
- Elevação da taxa básica de juros, visando combater a inflação de demanda.

- Congelamento de aluguéis aos níveis do mês inicial de aplicação do plano, sem previsão de compensações;
- Manutenção dos contratos pós-fixados e vinculação dos pré-fixados a uma tablita que foi adotada com desvalorização de 15% ao mês. (ABREU, 2014, p. 298) e (GREMAUD, 2005, p. 456).

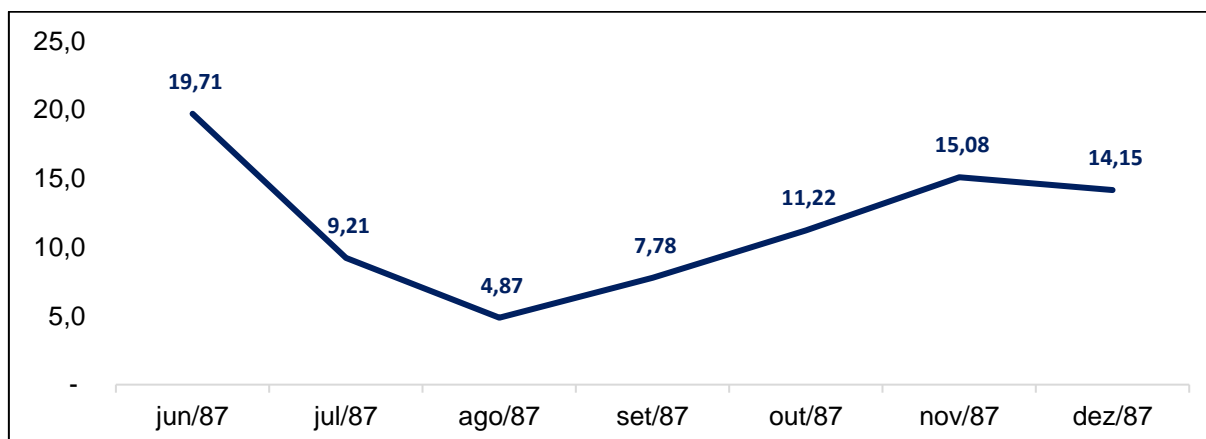
De acordo com Lanzana (2009), o impacto inicial do Plano foi a volta do crescimento da balança comercial brasileira, influenciada pelo aumento das exportações. Em junho de 1987, o saldo foi de US\$ 1,4 bilhão. Isso apresentou meios de renegociações com o setor externo, permitindo a suspensão da moratória brasileira, ao menos no curto prazo.

O Governo ampliou sua arrecadação no período, mas ao mesmo tempo, aumentou, de forma mais que proporcional, seus gastos com pessoal e encargos, aumentando o déficit público. Essa falta de compromisso com a política fiscal restritiva prevista nas ações do plano, aliada a política de desvalorização cambial e a indexação pela Unidade de Referência de Preços culminaram na ineficiência do Plano no seu principal fim: o de controlar a inflação, que não apresentou os valores mensais realmente baixos como no Plano Cruzado nem mesmo no curto prazo, e acelerou no longo prazo devido aos motivos mencionados acima.

A volta do aumento inflacionário gerou pressões por reajustes salariais, no qual os primeiros a se beneficiarem foram os servidores públicos, seguidos por demais setores em sequência. (GREMAUD, 2005, p. 457).

Para analisar melhor a inflação durante o período, observa-se o gráfico abaixo.

Gráfico 3: Brasil - Inflação (IPCA) durante o período do Plano Bresser



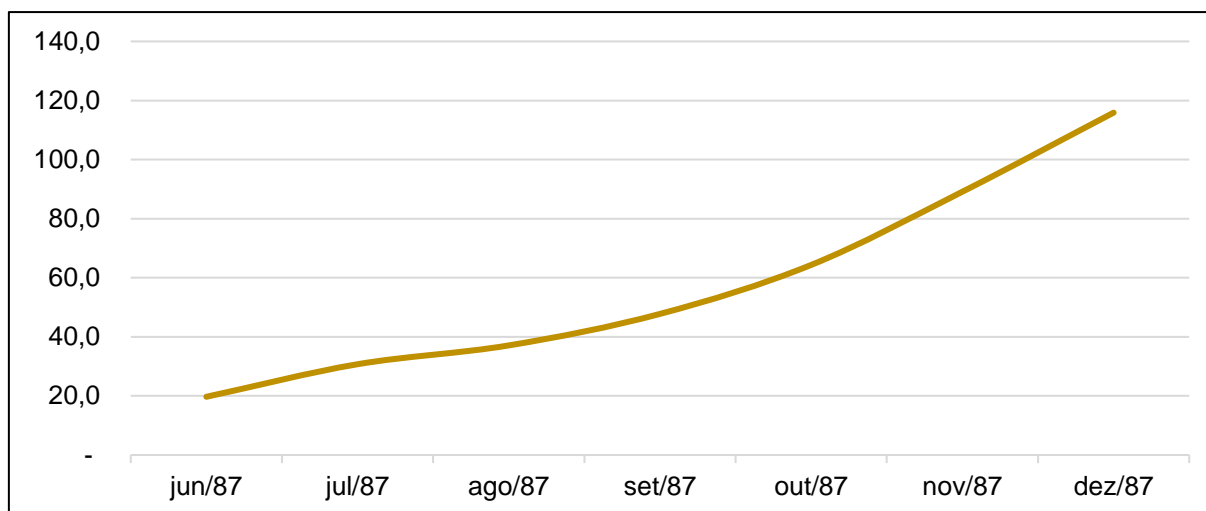
Fonte: Elaboração própria (2023), utilizando dados do IPEA (2023).

Conforme o IPEA, como pode ser observado no Gráfico 3, durante os três primeiros meses de execução do Plano Bresser, a inflação apresentou valores decrescentes, mesmo que em níveis superiores se comparado com o curto prazo do Plano Cruzado. A inflação, que foi de 19,71% em junho de 1987, baixou para 4,87% em agosto daquele ano (uma variação de -10,5 pontos percentuais em julho e -4,34 pontos percentuais depois), e voltou a mostrar valores crescentes nos meses seguintes, chegando a 15,08% em novembro, e 14,15% em dezembro de 1987 (+9,28 pontos percentuais se comparado com agosto), o que culminou com o fim do Plano.

O aumento da inflação no longo prazo está ligado também à política de congelamento de preços que, assim como no Plano Cruzado, foi adotada no Plano Bresser, gerando pressões aos produtores, que não encontram incentivos para melhoria de produtividade e aumento da oferta de seus produtos, o que em conjunto, restringe a capacidade produtiva da economia e reduz a oferta agregada.

A inflação acumulada no período será analisada abaixo, com o intuito de verificar a eficiência das medidas a longo prazo.

Gráfico 4: Brasil - Inflação Acumulada (IPCA) durante o Plano Bresser



Fonte: Elaboração própria (2023), utilizando dados do IPEA (2023).

De acordo com o Gráfico 4, a inflação acumulada não apresentou quadro de estabilidade nem mesmo nos primeiros meses de execução do Plano Bresser. Ela foi de 19,71% em junho para 37,10% em agosto, e cresceu a taxas crescentes, ou seja,

de forma mais acelerada, nos meses seguintes, chegando a 115,89% no final de 1987, quando o Plano Bresser chegou ao seu fim.

3.3. Plano Verão:

De acordo com Epifânio (2014), o Plano Verão foi mais uma tentativa de estabilização da economia brasileira que aliava o ortodoxo ao heterodoxo. As estratégias ortodoxas, que visavam a diminuição da demanda agregada, foram de elevar a taxa básica de juros e praticar política fiscal restritiva, diminuindo as despesas públicas com o intuito de segurar a queda da inflação. Aliado a isso, pelo lado heterodoxo do Plano, foi proposta uma desindexação da economia mais severa, de forma a excluir os mecanismos de reajuste inseridos nos planos anteriores.

As medidas adotadas pela gestão de Máílson da Nóbrega estão listadas a seguir:

- Inserção do Cruzado Novo (NCz\$) como nova unidade básica do sistema monetário brasileiro, com paridade igual a 1.000,00 cruzados;
- Congelamento de salários, de forma que foram reajustados em fevereiro de 1989 ainda de acordo com a URP, mas que não haveria uma nova regra para reajuste;
- Congelamento de preços, que diferente do Plano Bresser, não determinava quando haveria um novo reajuste, ou seja, os preços permaneceriam congelados por tempo indeterminado. Antes da aplicação desse congelamento, entretanto, aplicou-se reajuste sobre alguns bens públicos;
- Política cambial fixou a nova unidade de valor monetário brasileiro igual a 1 dólar estadunidense;
- Política fiscal visava diminuir o dispêndio público por meio de corte de funcionários, redução do número de ministérios, privatização de estatais e aumento de rigidez na programação e execução financeira do Tesouro;
- Política monetária restritiva, por meio da elevação dos juros básicos reais no curto prazo, limitação de crédito ao setor privado, e diminuição das operações com moeda estrangeira. (ABREU, 2014, p. 305-307).

Adicionalmente, de acordo com Lanzana (2009), o reajuste salarial se deu por meio de conversão conforme a média do poder de compra do último ano. Além disso, a URP também foi extinta. Ao introduzir essas medidas, o Plano tinha como objetivo

diminuir a demanda agregada no curto prazo, e depois estabilizar a inflação no médio e longo prazo.

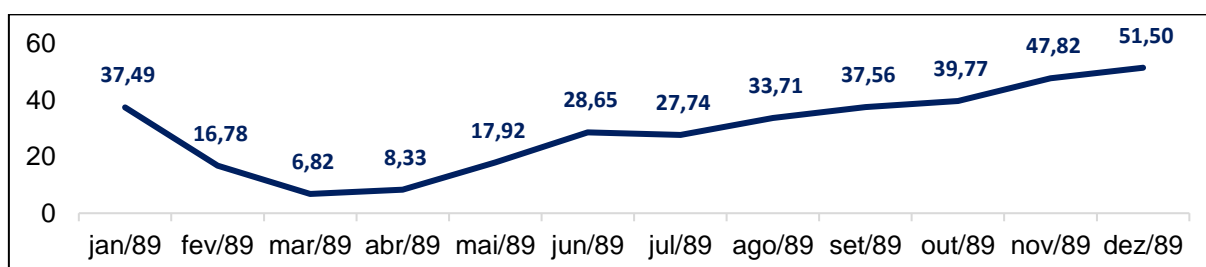
Para Gremaud (2005), o modelo utilizado para corrigir os salários provoca uma grande perda para estes. Isso porque a URP praticava correção monetária de forma pré-fixada, aplicando reajuste de três meses. Dessa maneira, em situação de aceleração da inflação, os salários tornam-se sub indexados, e o congelamento provoca perda irreversível para eles.

O Plano Verão fracassou na medida em que não conseguiu manter a taxa de inflação baixa. Isso se deu porque a falta de controle obrigava o Governo a elevar a taxa de juros, indo em contrapartida com a medida de redução do *déficit* público. Em última instância, isso provocava um aumento real dos preços e desvalorização do Cruzado Novo, fazendo com que os preços nominais entrassem em processo de descongelamento. Ou seja, o descontrole fiscal provocava um descontrole monetário. (EPIFÂNIO, 2014, p. 26).

O fracasso do Plano Verão se deu devido à insistência do Governo em adotar políticas de congelamento de preços e salários, desta vez, de forma ainda mais rígida do que as adotadas nos dois planos anteriores, visto que não havia previsão de quando essas variáveis iriam apresentar novo reajuste. Essa medida provocou distorções no mercado, alterando o que de fato acontecia com a oferta e a demanda. Além disso, a diminuição da oferta de crédito por parte do setor público alavancou a dívida das empresas privadas, e a taxa de juros elevada desaqueceu o consumo. Assim, não havia incentivo para a oferta de produtos, dadas as condições de congelamento de preços e a situação em que as empresas se encontravam, nem incentivo ao consumo. (ABREU, 2014, p. 310).

A análise descritiva da variável inflação encontra-se abaixo:

Gráfico 5: Brasil - Inflação (IPCA) durante o período do Plano Verão

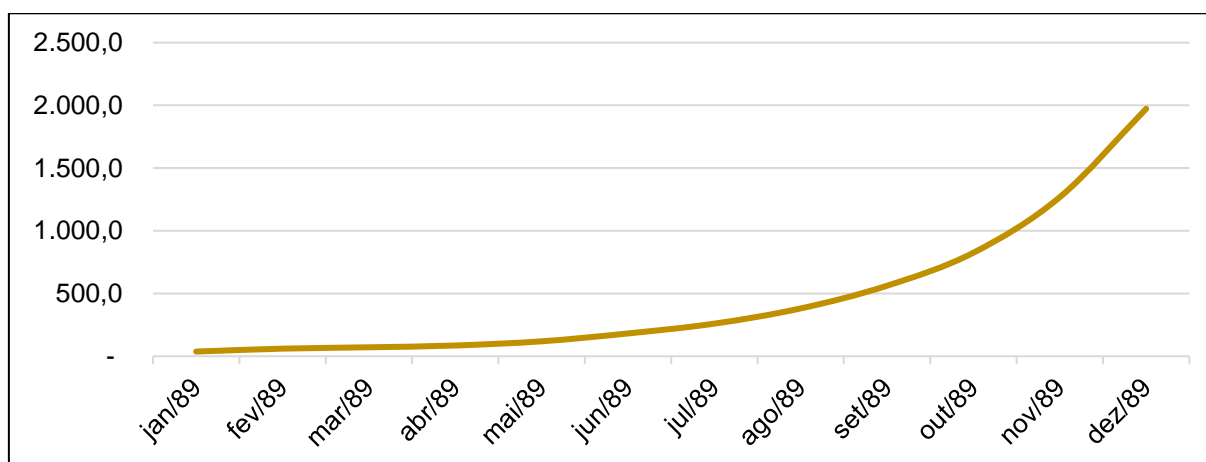


Fonte: Elaboração própria (2023), utilizando dados do IPEA (2023).

A criação do Novo Cruzado, com a fixação do câmbio igual a 1 dólar, aliada a política de congelamento de preços e salários, conforme mencionado anteriormente, fizeram com que os primeiros meses do Plano Verão apresentassem uma queda da taxa de inflação: de acordo com o IPEA, a taxa caiu de 37,49% em janeiro de 1989 para 6,82% em março daquele ano (uma variação de -20,71 pontos percentuais de janeiro para fevereiro, e de -9,96 pontos percentuais de fevereiro para março). Em abril, a taxa de inflação subiu para 8,33%, e voltou a crescer de forma mais acelerada depois deste mês, chegando a 28,65% em junho daquele ano (um aumento de 20,32 pontos percentuais) e 51,50% no último mês de 1989 (um aumento de 43,17 pontos percentuais se comparado com abril), o que representou o fracasso de mais um plano de estabilização.

Apresentamos a seguir a inflação acumulada do período, com o intuito de averiguar os resultados no longo prazo.

Gráfico 6: Brasil - Inflação Acumulada (IPCA) durante o Plano Verão



Fonte: Elaboração própria (2023), utilizando dados do IPEA (2023).

O Gráfico 6 mostra como o Plano Verão foi incapaz de controlar a inflação no longo prazo. A economia apresentou uma relativa estabilidade no primeiro semestre de 1989, quando a partir de julho, ocorreu aceleração da inflação, de forma que a curva apresenta comportamento exponencial: a inflação acumulada passou de 260,05%, no final do primeiro semestre de 1989, para 1.970,91% no final do ano. Conforme o que foi mencionado anteriormente, isso se deu devido ao fato de precisar

aumentar a taxa de juros, o que desvalorizava a moeda local e provocava aumento dos preços.

Dessa maneira, a gestão do Ministro Maílson da Nóbrega deixava o país preocupado com uma possível existência de hiperinflação, uma vez que o Plano Verão deixou o Brasil em situação ainda pior em termos de inflação do que a encontrada no final dos Planos Cruzado e Bresser em termos de inflação, conforme o que foi observado no Gráfico 6 acima.

3.4. Planos Collor I e II

O Plano Collor, aplicado a partir de março de 1990, no início da gestão do então presidente eleito, Fernando Collor de Mello, tinha como objetivo a estabilização da economia brasileira por meio de reformas que buscavam combater a inflação de custos, diagnóstico observado pelos altos juros cobrados nos períodos anteriores. As medidas adotadas no Plano foram:

- Diminuição da liquidez monetária por meio do “sequestro” de ativos financeiros que ultrapassassem 50 mil novos cruzados. Esses ativos foram congelados por 18 meses, e os proprietários recebiam um retorno conforme a taxa de inflação corrente mais 6% ao ano;
- Substituição da moeda brasileira: Novos Cruzados por Cruzeiro, com paridade de Cr\$ 1,00 = NCz\$ 1.000,00;
- Cobrança de um imposto único sobre operações financeiras;
- Congelamento de preços e salários;
- Diminuição da intervenção do Estado na economia por meio de corte de incentivos fiscais para importações, exportações, agricultura, desenvolvimento de regiões pobres (Norte e Nordeste) e indústrias de tecnologia;
- Com o intuito de diminuir a sonegação fiscal, foram implementadas também novas leis reguladoras de operações financeiras e medidas disciplinares;
- Aumento de preços de serviços públicos: gás, serviços postais, eletricidade e telefonia, por exemplo;
- Tentativa de abertura da economia brasileira;
- Medidas que buscavam a diminuição do número de funcionários públicos e privatização de estatais. Abreu (2014) completa este item com a informação de

que, apesar do esforço do Governo, somente 33 empresas foram de fato privatizadas, dos setores da siderúrgica, petroquímica e de fertilizantes. (ABREU, 2014, p. 214).

De acordo com Gremaud (2002), o impacto inicial do “sequestro” dos ativos financeiros foi a redução dos ativos líquidos (M1) da economia, que caíram de 30% da sua representatividade sobre o PIB para 9%. Logo, o confisco da liquidez tornou-se a principal âncora do Plano. Além disso, outros impactos logo após a aplicação das medidas foram:

Logo após constatou-se desestruturação do sistema produtivo com corte nas encomendas, semiparalisa na produção, demissões, férias coletivas, redução das jornadas de trabalho e nos salários, deflação, atraso nos pagamentos de dívidas, expansão no volume e no prazo dos créditos comerciais, gerou profunda desestruturação em termos de condições de emprego e produção, provocando uma retração do PIB da ordem de 8% no segundo trimestre de 1990. (EPIFÂNIO, 2014, p. 27).

Segundo Baer (1993), o Plano Collor tinha como uma de suas principais metas a redução do *déficit* primário de 8% do PIB para um superávit de 2%, e ele conseguiu alcançar parte dessa meta: houve um superávit de 1,2% em 1990. Porém, isso foi resultado, principalmente, da cobrança de impostos únicos sobre os ativos financeiros e ao atraso de pagamentos governamentais à fornecedores.

Além disso, outro objetivo do Plano Collor, a longo prazo, era internacionalizar a economia brasileira, através da recusa de controle de importações, (implantada em alguns governos passados, visando a valorização da indústria doméstica), privatizações e diminuição da interferência estatal na economia.

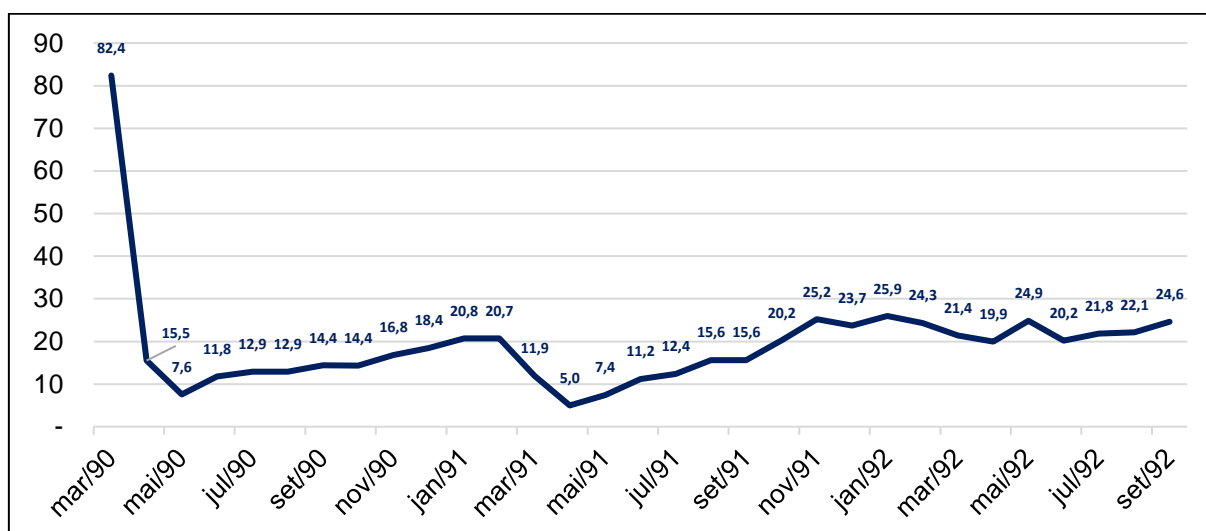
De acordo com Epifânio (2014, p. 28), evidenciam-se dois fatos no segundo semestre de 1990: uma desvalorização da taxa de câmbio e uma elevação do preço do petróleo em decorrência da Guerra do Golfo, o que provocaram uma diminuição de incentivos à exportação, aliada a um aumento de importações. Tais fatores culminaram em uma forte queda da balança comercial do Brasil no último trimestre do ano.

O aumento da inflação fez com que o Governo Collor mudasse de rota e então lançasse o segundo Plano, que objetivava realizar uma reforma financeira para acabar com os meios de indexação ainda presentes e o congelamento de preços e salários. No entanto, mesmo que a inflação tenha reduzido no início da implantação do Plano Collor II, a equipe econômica enfrentava desafios ligados à política, devido aos escândalos de corrupção. Isso fez com que a então ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello, fosse substituída por Maurício Marques Moreira no início de maio de 1991.

A equipe do novo ministro implementou medidas ortodoxas para combater a inflação. Assim o Plano Collor II mudava sua rota para um controle de fluxo de caixa governamental e dos meios de pagamentos. Essas medidas buscavam negociações da dívida externa e uma reaproximação do Brasil com o sistema financeiro internacional. Além disso, outras ações do novo Ministro foram: o descongelamento dos preços e a devolução dos ativos que tinham sido bloqueados pelo Banco Central. (GREMAUD, 2005). Entretanto, essas medidas apenas tiveram impacto sobre as despesas, reduzindo-as, com reflexo nos gastos com o funcionalismo.

Apresentamos abaixo os resultados da inflação medida pelo IPCA durante a execução dos Planos Collor I e II.

Gráfico 7: Brasil - Inflação (IPCA) durante o período dos Planos Collor I e II



Fonte: Elaboração própria (2023) utilizando os dados do IPEA (2023)

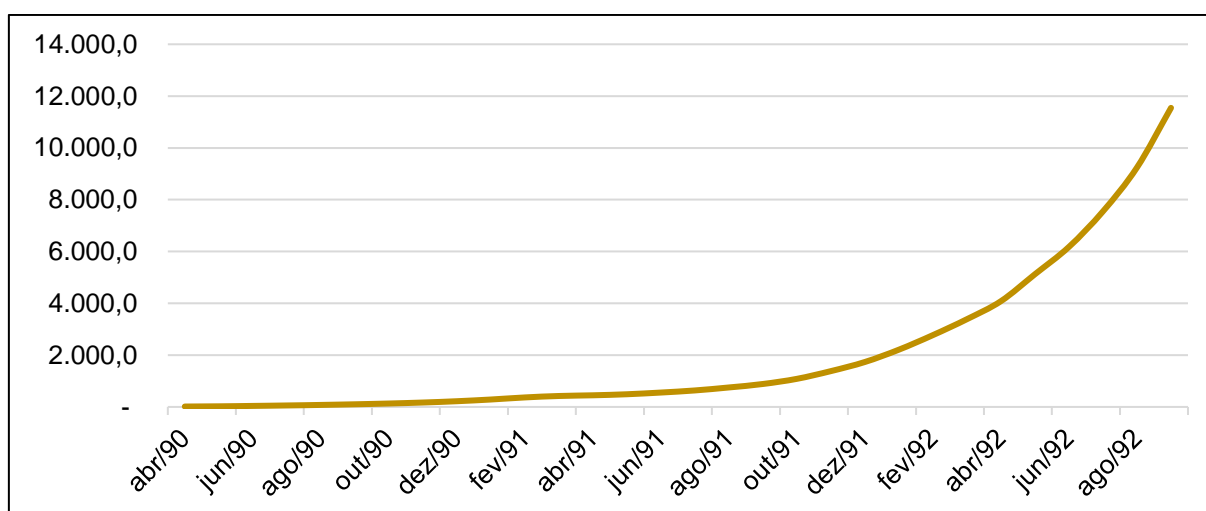
De acordo com o Gráfico 7, o impacto inicial do Plano Collor sobre a inflação foi, conforme o IPEA, a redução desta variável de 82,4% em março de 1990 para 15,5% no mês seguinte (redução de -66,9 pontos percentuais), se tornando estável pelos meses seguintes. Mas a estratégia adotada de confisco dos ativos financeiros, que diminuiu a liquidez da economia, não foi bem vista pela população, e mesmo conseguindo reduzir a inflação, o Governo não ganhou popularidade por isso.

A queda da balança comercial no segundo semestre de 1990 fez com que o Banco Central precisasse desvalorizar a moeda local, o que provocou novo aumento da inflação, observado no gráfico, que chegou ao patamar de 20% nos dois primeiros meses de 1991. Esses acontecimentos foram suficientes para determinar o fracasso do Plano Collor I.

As medidas adotadas pelo Plano Collor II conseguiram diminuir logo em seguida a inflação para 11,9% em março de 1991. Essa taxa se manteve relativamente estável. Entretanto, a troca de ministro da economia fez com que o Governo mudasse de rota e adotasse novas medidas com o ministro Maurício Moreira. Essas últimas medidas não surtiram efeito sobre a inflação, como pode ser observado no Gráfico 7, visto que em outubro de 1991, a inflação foi de 20,2%, e se manteve nesse patamar pelos meses seguintes.

A seguir, observa-se a análise da inflação acumulada no período, para averiguar o resultado das políticas no longo prazo:

Gráfico 8: Brasil - Inflação Acumulada (IPCA) durante o Plano Collor I e II



Fonte: Produzido pelo autor (2023) utilizando os dados do IPEA (2023)

De acordo com o Gráfico 8, é possível observar uma estabilidade da inflação acumulada até novembro de 1991, quando ela começa a crescer de forma mais acelerada. Mesmo que a linha mostre um quadro estável, as variações ainda eram consideráveis, como entre novembro e dezembro de 1990, quando a inflação acumulada foi de 170,6% para 220,5%. Entretanto, no último mês observado, ela chegou ao patamar de 11.545,2%, mostrando que, de fato, no longo prazo, o Plano Collor mostrou-se ineficiente, com a curva apresentando um comportamento exponencial.

A ineficiência do Plano Collor II, o confisco dos ativos financeiros e as denúncias de corrupção do Governo levaram ao Impeachment do Presidente Collor no final de 1992.

No capítulo a seguir, será estudado o Plano Real, desde seus diagnósticos e concepções até os resultados encontrados tanto a curto como longo prazo para a inflação brasileira.

4 PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E RESULTADOS DO PLANO REAL

O Plano Real foi a mais bem sucedida política de controle da inflação adotada na história da economia brasileira. Isso se deve ao fato dele ter conseguido diagnosticar a inflação de forma assertiva e de idealizar uma solução totalmente inovadora se comparado com os planos de estabilização estudados anteriormente.

Assim, esta sessão visa estudar e analisar as políticas e resultados do Plano Real, e está dividida em duas partes. A primeira tem como foco apresentar as principais medidas adotadas pelo Plano Real em suas três fases, juntamente com os impactos iniciais sobre o cenário macroeconômico. Já a segunda parte, apresenta o resultado das medidas, especificamente a inflação e a inflação acumulada.

4.1. O Plano Real e sua concepção

Com o impeachment de Collor, Itamar Franco assumiu a presidência da república tendo já em mente que deveria criar um plano que de fato resolvesse o problema da inflação brasileira. Assim, o novo ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, montou uma equipe que tinha o objetivo de identificar a causa dessa inflação e propor soluções para resolvê-la. (EPIFÂNIO, 2014, p. 30).

É importante pontuar, inicialmente, que um dos fatores que estavam causando a aceleração do aumento de preços, para a equipe de Fernando Henrique Cardoso, era o desequilíbrio das contas públicas, exacerbado pelo comportamento dos agentes: eles acreditavam que os preços iriam aumentar no futuro porque no passado já haviam aumentado, de forma que os preços começaram a se descolar dos custos de produção, passando a ser definidos por expectativas inflacionárias. Ou seja, a inflação existia porque os agentes acreditavam que ela iria existir. Em um cenário como este, a inflação inercial se implanta, e se torna muito difícil combatê-la somente com políticas econômicas ortodoxas, como as keynesianas. (ABREU, 2014, p. 319), (GRASEL, 2005, p. 2).

O Plano Real foi dividido então em 3 etapas: ajuste fiscal, criação de uma quase moeda (Unidade Real de Valor - URV) e reforma monetária.

Conforme Abreu (2014), a primeira fase tinha o objetivo de equilibrar as contas públicas por meio de uma série de ações que se configurariam como uma política fiscal restritiva, tais quais:

- Política fiscal restritiva, por meio de corte de despesas. Essa medida foi contemplada dentro do Programa de Ação Imediata (PAI), que determinava um corte de US\$ 7 bilhões alocados principalmente nas despesas de investimentos e com pessoal;
- Política fiscal restritiva, por meio do aumento das alíquotas de impostos;
- Diminuição das transferências por parte do Governo Federal. (GREMAUD, 2002, p. 469).

A segunda fase do Plano Real, conforme Epifânio (2014), consistiu na implantação da Unidade Real de Valor (URV), uma “quase moeda”, que servia unicamente como unidade de conta. O seu valor era corrigido em cruzeiros reais a partir da taxa de inflação medida pelos índices de IGP-M, IPC-FIPE e IPCA-Especial. Dessa maneira, salários, preços públicos e privados, aluguéis, contratos de longo prazo e aplicações financeiras passaram a ser ajustados conforme a URV. Essa fase durou entre os meses de março e junho de 1994.

A terceira fase do Plano Real ocorreu quando os preços da economia estavam quase totalmente expressos em URV. Assim, foi implementada uma reforma monetária, na qual 2700 unidades de URV foram convertidas em 1 Real (R\$), que passou a ser a moeda oficial do Brasil a partir de julho de 1994, em um ambiente diferente no que diz respeito as expectativas dos agentes.

Entretanto, além dessa solução inovadora, era preciso tomar medidas para que a inflação não voltasse a crescer aceleradamente. Logo, o Governo adotou políticas econômicas que evitariam um crescimento da inflação influenciado por fatores de custo ou de consumo. Essas políticas ficaram conhecidas como “âncora monetária”. As medidas adotadas foram:

- Estabelecer uma alta taxa de juros, com o objetivo de conter uma explosão de consumo e de expansão monetária;
- Imposição de restrições quanto à expansão monetária primária, ou seja, impressão de papel moeda;

- Imposição de depósito compulsório de 100% sobre operações adicionais do sistema financeiro, caracterizando uma restrição de operações com crédito. (GREMAUD, 2005, p. 471).

Ademais, a abertura do Brasil ao comércio exterior proporcionou uma valorização cambial. Como o país possuía um alto volume de reservas, os preços não iriam apresentar um alto crescimento dada a positiva possibilidade de importações, e o afastamento da possibilidade de aparecimento de choques. Essas medidas ficaram conhecidas como “âncora cambial”. (EPIFÂNIO, 2014, p. 32).

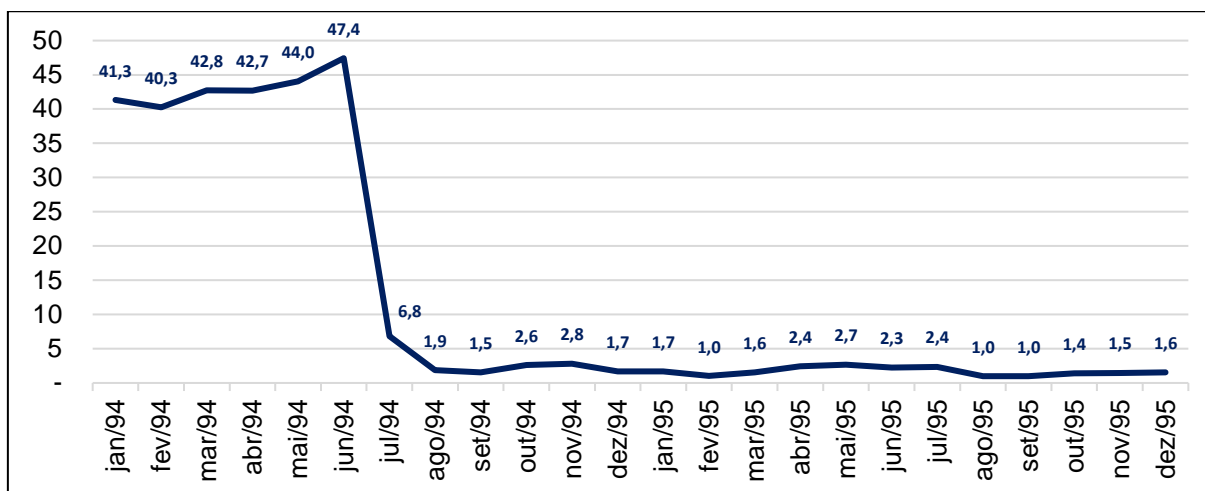
As “âncoras” adotadas após a implantação do Real garantiram uma estabilidade monetária, devido à valorização da moeda doméstica e à abertura comercial, que resultava no aumento das importações. Essa tendência de aumento de importações diversificou a oferta de produtos no Brasil, o que pressionou para baixo os preços de mercado dos produtos.

Por fim, conforme Gremaud (2002), os resultados do Plano Real ainda contemplam o aumento do salário real das famílias de classes mais baixas, o que proporcionou um aumento da demanda. Com a demanda alta, o setor privado tinha incentivos para aumentar seus investimentos.

4.2. Resultados do Plano Real sobre a Inflação

Durante os primeiros meses de execução do Plano Real, que correspondia a primeira fase do Plano: a de estabilização, e a segunda fase: a de implantação da URV somente como unidade de conta, conforme é possível observar no Gráfico 9, a inflação não mostrou queda, e estava apresentando valores sempre no patamar de 40% entre janeiro e junho de 1994. Entretanto, em julho daquele ano, a taxa de inflação despencou para 6,8%, e 1,9% em agosto (uma queda de 45,5 pontos percentuais comparando com junho), mantendo-se estável em patamares sempre inferiores a 3% até o último mês apresentado: 1,6% em dezembro de 1995.

Gráfico 9: Brasil - Inflação (IPCA) durante o período do Plano Real



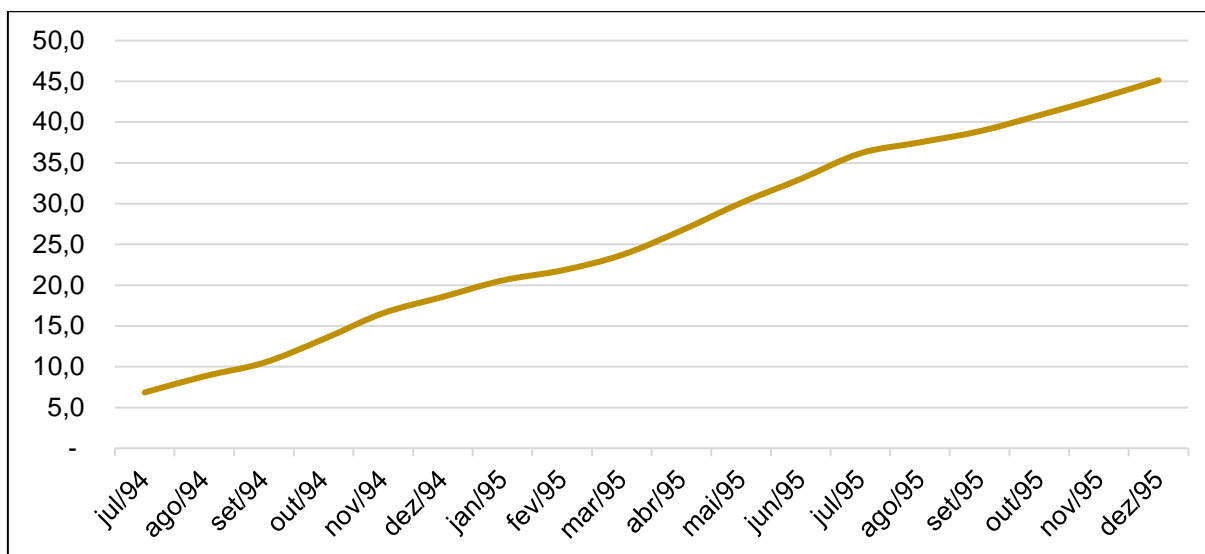
Fonte: Elaboração própria (2023) utilizando os dados do IPEA (2023)

Essa estabilização foi possível graças à mudança das expectativas das pessoas quanto à inflação futura: uma vez que a URV não variava como o Cruzeiro, os agentes começaram a ter uma noção de estabilidade relativa dos preços, embora que a inflação mensal, conforme o IPEA, estivesse apresentando altos valores até junho de 1994.

Assim, a medida adotada na segunda fase do Plano Real conseguiu alterar o comportamento dos agentes por meio de uma solução totalmente inovadora. Aliando isso às formas de controle inflacionário por meio de políticas econômicas que a literatura fornece, o Plano Real foi bem sucedido até mesmo no longo prazo, como mostra o Gráfico 9.

A seguir, encontram-se os valores da inflação acumulada durante o período do Plano Real, com o objetivo de averiguar o efeito a longo prazo das soluções inovadoras implementadas.

Gráfico 10: Brasil - Inflação Acumulada (IPCA) durante o Plano Real



Fonte: Elaboração própria (2023) utilizando os dados do IPEA (2023)

Conforme o IPEA, e como é possível observar no Gráfico 10, que considera a inflação acumulada após a terceira fase de execução do Plano Real, a linha não apresenta uma tendência exponencial no longo prazo, como os gráficos dos planos antecessores, e isso se dá devido ao longo período em que a inflação apresentou valores baixos mensalmente, evidenciando o sucesso do plano executado pela equipe de Fernando Henrique Cardoso.

Dessa maneira, ao observar a Figura 1, é possível afirmar que um dos diferenciais no que diz respeito a medidas adotadas no Plano Real em comparação aos seus antecessores foi a identificação do principal causador da inflação inercial no período: as expectativas dos agentes quanto à inflação futura. Ele também não utilizou da política de congelamento de preços e salários, que acaba gerando pressões aos produtores, como já foi mencionado.

Além disso, outro diferencial foi que enquanto os planos de estabilização anteriores se preocupavam apenas com a aplicação de políticas econômicas e em introduzir uma nova moeda, contestando a racionalidade dos agentes econômicos, e da capacidade deles de encontrar alternativas para as políticas implementadas, o Plano Real só veio realizar a reforma monetária quando o problema relacionado às expectativas foi resolvido, ou seja, ele se preocupou com a racionalidade dos agentes,

e somente depois, foram aplicadas políticas econômicas, em um cenário totalmente diferente e com drástica redução da incerteza quanto ao futuro.

Figura 1: Brasil – Diferencial de medidas e resultados dos planos de estabilização

		Planos de Estabilização				
		Cruzado I e II	Bresser	Verão	Collor I e II	Real
Medidas	Congelamento de preços e salários	● ●	●	●	● ●	●
	Políticas fiscal e monetária restritivas	● ●	●	●	● ●	●
	Reforma monetária	● ●	●	●	● ●	●
Resultados	Mudança positiva nas expectativas dos agentes	● ●	●	●	● ●	●
	Inflação controlada a longo prazo	● ●	●	●	● ●	●

Fonte: Elaboração própria (2023)

Por fim, cabe destacar ainda que o Plano Real conseguiu diminuir a indexação da economia brasileira, ao conquistar a estabilização e proporcionar um aumento de confiança por parte dos agentes sobre a nova moeda. Nos demais planos, essa desindexação foi possível somente no curto prazo, dadas as políticas de congelamento.

No próximo capítulo, serão estudados os efeitos das ações adotadas em todos os planos de estabilização até aqui sobre outras variáveis macroeconômicas, ideais para entender a situação na qual o Brasil se encontrava em cada período. Essas variáveis serão: Crescimento do Produto Interno Bruto, Deflator do PIB, Balança Comercial (importação e exportações) e percentual da população em situação de extrema pobreza.

5 RESULTADOS DO PIB E SEU DEFLATOR, BALANÇA COMERCIAL E EXTREMA POBREZA

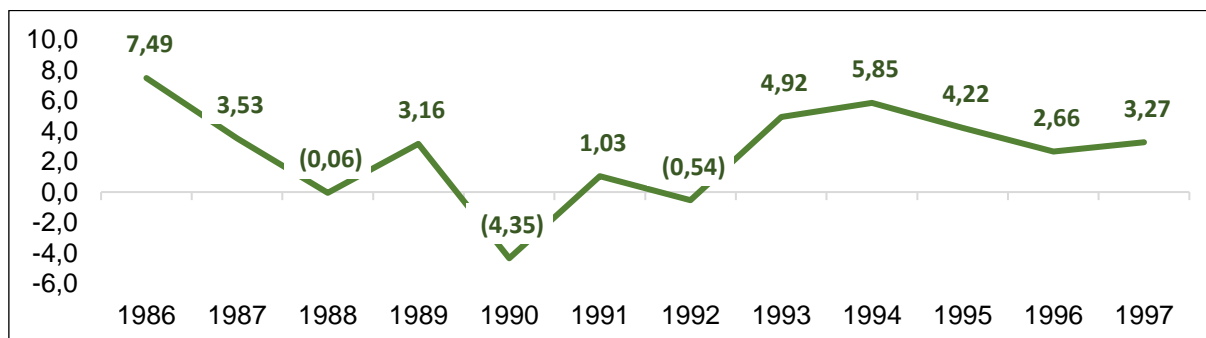
Este Capítulo tem o intuito de discorrer sobre algumas variáveis macroeconômicas que foram afetadas pelas políticas monetária, fiscal e cambial implantadas nos Planos de Estabilização.

Primeiro, será analisado o crescimento do PIB, em virtude das políticas de congelamento de preços e políticas fiscais, que tendem a afetar a produção interna de um país. Após isso, será averiguado como se comportou o deflator do PIB, visto que é uma variável que considera em seu cálculo não somente a variação do preço da cesta de bens ao consumidor: ele é mais generalista do que os índices que medem a inflação, e leva em conta, por exemplo, a formação bruta de capital fixo e os gastos governamentais. Em seguida, será analisada a Balança Comercial do Brasil, uma vez que a principal medida adotada pelos planos antecessores ao Real era a de congelamento de preços, além de fixação cambial, o que afeta o nível de importações e exportações. Por fim, será analisado como a estabilidade da inflação a partir do segundo semestre de 1994 ajudou a diminuir o percentual de pessoas em situação de extrema pobreza no Brasil.

5.1. Análise do Produto Interno Bruto

A seguir, será apresentado o comportamento do crescimento do PIB no Brasil no período pré e pós-Real.

Gráfico 11- Variação Percentual do PIB entre 1986 e 1997 no Brasil



Fonte: Elaboração própria (2023) utilizando os dados do IBGE (2023)

Entre 1986 e 1987, o PIB brasileiro, de acordo com o IBGE, apresentou crescimento positivo, embora que, no segundo ano, esse crescimento tenha sido

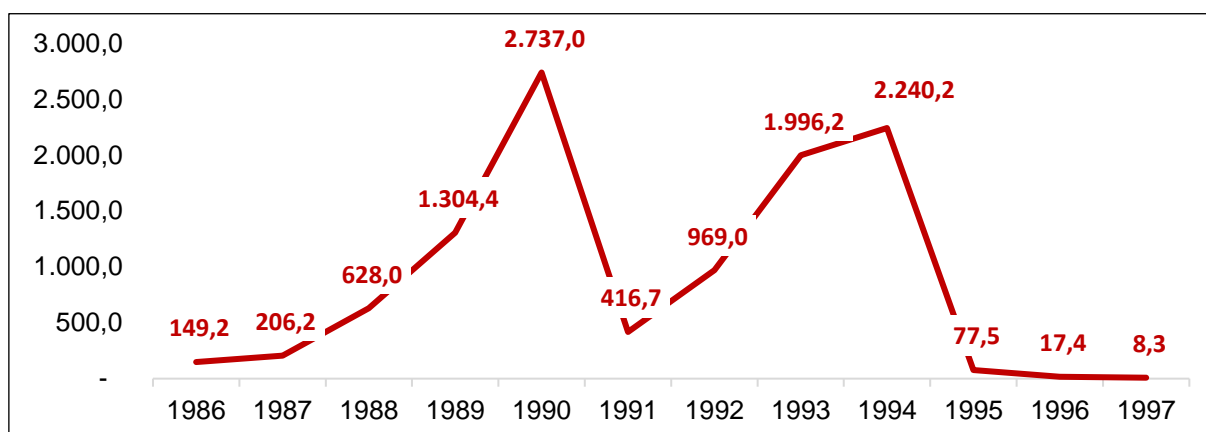
menor, ou seja, o PIB cresceu em taxas decrescentes, consequência da redução da propensão a consumir por parte dos agentes, em virtude das medidas tomadas pelo Plano Cruzado II. Já em 1988, o crescimento foi negativo, período em que não houve nenhum plano de estabilização executado pelo Governo.

Em 1989, o PIB voltou a apresentar crescimento positivo, mas uma forte queda no ano seguinte: -4,3% em 1990. Essa queda pode estar relacionadas com as primeiras medidas adotadas no Plano Collor, que, apesar de terem diminuído drasticamente a inflação mensal e acumulada no referido ano, provocaram também mudanças nos cenários de emprego e produção, explicadas pelo congelamento de preços, diminuição de incentivos fiscais às empresas privadas, além da redução da liquidez monetária provocada pela apreensão dos ativos financeiros. O PIB apresenta um crescimento em 1991, em virtude das ações tomadas no Segundo Plano Collor, mas novamente mostra queda em 1992: -0,5%. Entretanto, nos anos seguintes, o indicador passa a apresentar sempre crescimento positivo e acima de 4%, com destaque para o crescimento de 5,9% em 1994, ano de implantação do Plano Real, mostrando a eficiência desse Plano não somente no controle da inflação.

5.2. Análise do Deflator do PIB

A seguir, será estudado o comportamento do deflator do PIB no período. Trata-se de uma variável importantíssima, uma vez que, diferente do IPCA, indicador utilizado para analisar os dados de inflação neste trabalho até aqui, o deflator possibilita analisar a economia de forma mais geral.

Gráfico 12- Variação Percentual do Deflator do PIB entre 1986 e 1997 no Brasil



Fonte: Elaboração própria (2023) utilizando os dados do IBGE (2023)

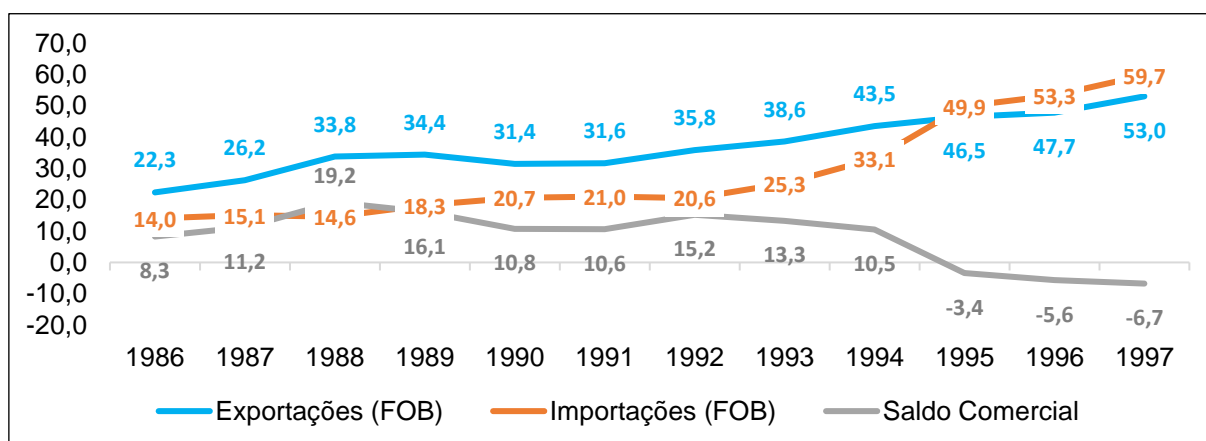
A variação do Deflator do PIB, conforme o IBGE, apresenta comportamento exponencial, ou seja, crescendo a taxas crescentes, entre 1986 e 1990, mostrando que, no longo prazo, as medidas adotadas pelos Planos Cruzado I e II, Bresser, Verão e Collor I não conseguiram estabilizar os preços no Brasil. Ou seja, embora que o IPCA mostrasse no curto prazo uma certa estabilidade dos preços, como foi no caso do Plano Cruzado e Collor I, os valores apresentados pela variável em análise mostram que a economia no geral, levando em consideração, por exemplo, os gastos e receitas do governo, a formação bruta de capital fixo e a balança de pagamentos não estavam apresentando bons resultados.

Em 1991, a variação foi menor do que o ano anterior, consequência das medidas adotadas no Plano Collor, mas ainda assim, maior que os dois primeiros anos do período em análise. O deflator do PIB apresentou crescimento positivo, e sempre maior que o ano anterior até 1994. Mas, em 1995, ano seguinte ao da implantação do Plano Real, a variável apresentou a maior redução até então: foi de 77,5%, em virtude das ações tomadas no Plano Real, mostrando que, diferentemente do que aconteceu no período do Plano Collor, a economia no geral apresentou uma estabilidade juntamente com a inflação, fato que não pôde ser observado nos períodos anteriores.

5.3. Análise da Balança Comercial

A seguir, será estudado o comportamento da Balança Comercial Brasileira no período, uma vez que as políticas adotadas tendem a influenciar o nível de importações e exportações do país.

Gráfico 13- Balança Comercial entre 1986 e 1997 no Brasil (US\$ Bilhões)



Fonte: Elaboração própria (2023) utilizando os dados do IBGE (2023)

Conforme o IBGE, e como é possível observar no Gráfico 13, a Balança Comercial apresentou saldos crescentes entre 1986 e 1987, consequência das altas exportações. As importações cresceram entre os dois primeiros anos, consequência das medidas adotadas pelo Plano Cruzado. Entre 1988 e 1991, a Balança Comercial continuou apresentando saldos positivos, mas cada vez menores, consequência também do aumento das importações, principalmente nos anos em que o Plano Collor estava em ação. Isso porque tal plano tinha como uma das medidas a abertura do mercado brasileiro, indo em contramão com alguns governos passados, que visavam a valorização da indústria local. Em 1988, o saldo da Balança Comercial foi de 19,2 bilhões, número que apresentou queda até o ano de 1991, quando apresentou saldo de 10,6 bilhões.

A partir de 1992, a Balança Comercial volta a apresentar crescimento do saldo, porém nos anos seguintes, o saldo apresentou queda, até que em 1995, as importações foram maiores que as exportações, levando a um saldo anual negativo, com valores também negativos nos dois anos seguintes: -3,4 bilhões em 1995, -5,6 bilhões em 1996 e -6,7 bilhões em 1997. Esses saldos negativos após a implementação do Plano Real podem ser explicados pela valorização do câmbio real, que incentiva as importações e desincentiva as exportações. Além disso, o aumento de importações também está relacionado com a elevação do poder de compra da população após a estabilização econômica, que passa a demandar mais produtos estrangeiros.

5.4. Análise da extrema pobreza

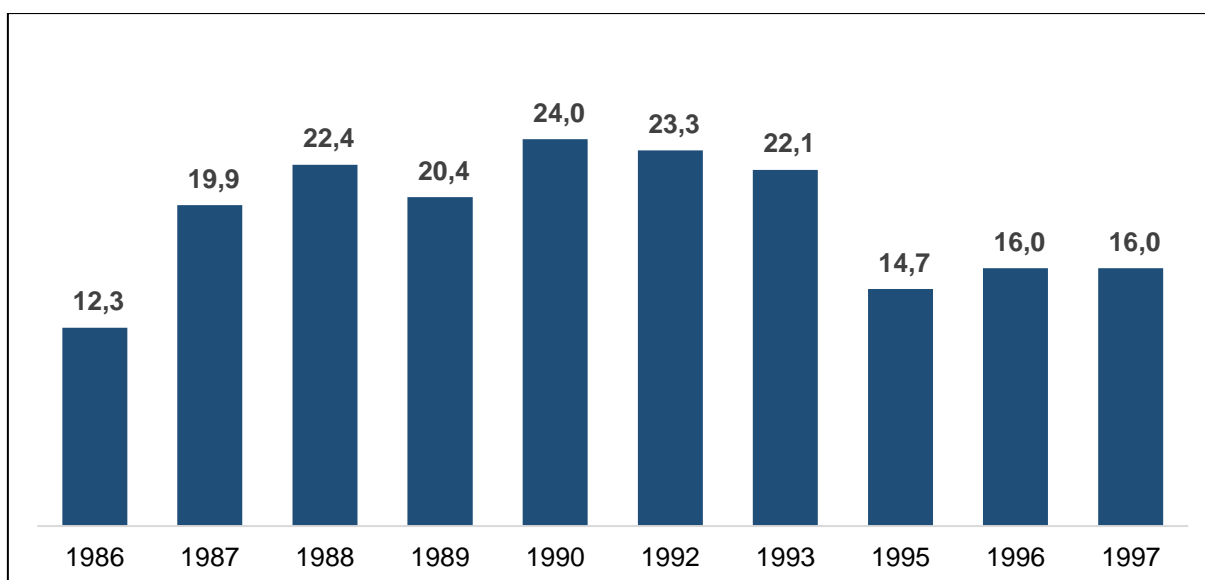
Como mencionado no início deste trabalho, uma das consequências do aumento acelerado da inflação é o aumento da extrema pobreza. Em virtude disso, essa subseção tem o objetivo de averiguar como ficou o cenário brasileiro no que diz respeito ao percentual de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza durante o período de 1986 a 1997.

Ao analisar o Gráfico 14, de acordo com o Banco Mundial, é possível observar um aumento acentuado do percentual de pessoas em situação de extrema pobreza no Brasil entre os anos de 1986 e 1990. Nesse período, conforme o que já foi mostrado, nenhum plano conseguiu conter a aceleração inflacionária no longo prazo.

Há um aumento de 11,7 pontos percentuais de pessoas em situação de miséria, passando dos 12,3% em 1986 para 24,0% em 1990, o que evidenciou como o descontrole da inflação no período em análise impactou as classes sociais mais baixas no Brasil.

Esse número apresenta uma leve redução nos anos de 1992 e 1993, mas é somente após a implementação do Plano Real, que conseguiu a estabilização econômica, que se observa uma forte redução do percentual de pessoas em situação de extrema pobreza: o número caiu para 14,7% em 1995, primeiro ano que ficou abaixo do nível de 20% desde o 1987, e o primeiro ano pós-Real, no qual nenhum mês apresentou variação alta da inflação.

Gráfico 14- Percentual da população em situação de extrema pobreza no Brasil



Fonte: Elaboração própria (2023) utilizando dados do Banco Mundial (2023)

Esse resultado sobre o nível de extrema pobreza no Brasil mostra como o sucesso do Plano Real foi importante também para as pessoas de classes mais baixas, visto que são as que mais sofrem com uma aceleração do crescimento inflacionário, uma vez que seus salários nominais não aumentam na mesma velocidade, o que diminui o poder de compra delas, aumentando o nível de indignação da população.

6 CONCLUSÃO

Diante dos fatos estudados, é fundamental pontuar sobre como os Governos até 1994 estavam preocupados unicamente em apresentar uma solução rápida ao crescimento acelerado da inflação, buscando medidas que, de acordo com a Literatura Econômica, de fato estão ligadas à resolução deste problema, como o aumento das taxas de juros, aumento dos depósitos compulsórias ou políticas fiscais restritivas. Mas essas ações não conseguiram resolver o problema porque elas estão ligadas ao combate à inflação de custos e de demanda, e a do Brasil estava muito mais relacionada com as expectativas dos agentes. Logo, os diagnósticos identificados nos Planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor não estavam corretos, uma vez que não se atentaram às expectativas e racionalidade das pessoas, indo em desacordo com um dos pilares da Teoria Econômica: de que os agentes são racionais, e tendem a tomar as melhores decisões dadas as informações disponíveis. Além disso, durante a execução desses planos, a indexação da economia, que tinha muitos contratos de reajustes, foi pouco resolvida, o que intensificava a inflação inercial.

Por outro lado, o Plano Real tanto se atentou ao diagnóstico correto da inflação (as expectativas dos agentes, que traziam a inflação do futuro ao presente, incorporando-a em seus custos antes mesmo dela de fato acontecer), quanto procurou resolver este impasse (de modo a influenciar a mudança de comportamento dos agentes) antes de partir para as soluções tradicionais que a literatura fornece. Ademais, também foi o plano que melhor resolveu o impasse da indexação.

Dessa maneira, é possível considerar que o diferencial de medidas adotadas no Plano Real, que conseguiram estabilizar a inflação brasileira no longo prazo, em comparação com seus antecessores, foi: a identificação do comportamento dos agentes como principal causador da alta inflação brasileira, e de resolver inicialmente esse problema relacionado às expectativas, por meio da introdução de uma “quase moeda”, a URV, que era estável, tendo função exclusiva de unidade de conta, e essencial para criar uma noção de estabilidade nos agentes, para somente depois disso, adotar as medidas de política macroeconômicas (âncoras monetária e cambial) a fim de evitar inflação de demanda ou de custos após a queda abrupta da variação dos preços da cesta de bens. Assim, o Plano Real se apresentou como a mais eficaz política de estabilização econômica entre as décadas de 1980 e 1990 no Brasil.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2014.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

EPIFÂNIO, Solange Sousa. **Plano Real**: uma análise das políticas econômicas e seus efeitos no Brasil em meados dos anos 90. Monografia. Três Rios: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

A IMPORTÂNCIA DO PLANO REAL PARA O COMBATE À MISÉRIA. **Economia Mainstream**, 2020. Disponível em < <https://economiamainstream.com.br/artigo/a-importancia-do-plano-real-para-o-combate-a-miseria/> > acesso em 25 de Junho de 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRASEL, D. Brasil: Plano Real e a Estabilização Econômica Inacabada. **Revista Informe GEPEC**, Cascavel, v.9, n.1, p.1-11, jan. 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick, VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval, **Economia brasileira contemporânea** - 4ª ed. Editora São Paulo: Atlas, 2002.

GREMAUD, A. P. VASCONCELLOS, M. A. S. & TONETO JÚNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. 6ªed - São Paulo: Atlas, 2005.

HUBBARD, R. Glenn; O'BRIEN, Anthony Patrick. **Introdução à Economia**. 2ª ed. Bookman. 2010.

IBGE. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br> > acesso em 30 de Abril de 2023.

IPEADATA. Disponível em < <http://www.ipeadata.gov.br> > acesso em 18 de Abril de 2023 .

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 3ª ed. Atlas. 2009.

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira; LOPES, Luiz Martins. **Economia Brasileira: da estabilização ao crescimento**. São Paulo, Atlas, 2009.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução: Ana Beatriz Rodrigues. 8ª ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MDS. Disponível em < <https://www.mds.gov.br/> > acesso em 15 de Julho de 2023.

MENDES, Carlos Magno, et al. **Introdução à Economia**. Florianópolis. Fundação CECIERJ, 2009.

SILVA, Soraia Santos; TRICHES, Divanildo. Uma abordagem de economia política dos arranjos cambiais. **Pesquisa e Debate Revista do Programa de Pós-Graduação em Economia Política**, São Paulo, 13ª Edição, p. 101-127, fev. 2002.

WORLDBANK. Disponível em < <https://data.worldbank.org> > acesso em 15 de Julho de 2023.